

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

BOLETIM INFORMATIVO

II EDIÇÃO - FEVEREIRO DE 2018 - EDIÇÃO: SEKELEKANI



Na Indústria Extractiva

"Imperioso garantir a proteção dos direitos das comunidades locais" - Governador de Manica



governador de Manica, Alberto Mondlane chamou atenção aos operadores mineiros da província, para considerarem com maior atenção a proteção dos direitos pré – existentes das comunidades locais, garantindo-lhes acesso aos benefícios decorrentes da exploração de recursos extraídos nas respectivas regiões.

Mondlane falava em Chimoio, durante o seminário de capacitação de organizações da sociedade civil e de outros actores relevantes de Manica, sobre a ITIE – Iniciativa de Transparênciada Indústria Extractiva em Moçambique, em Dezembro último.

Segundo destacou, as questões ambientais devem ser devidamente acauteladas para garantir que a exploração de recursos minerais seja uma bênção, e não uma maldição que recai sobre o povo. "Uma maior transparência e melhor governação dos recursos são objectivos que nos vão ajudar a alcançar um dos focos da nossa governação, que é melhorar as condições de vida da população" – referiu.

Província deve reforçar controlo e fiscalização dos seus recursos

O dirigente destacou a condição privilegiada da província, que detém reconhecidos jazigos de ouro e de outros minerais, o que a torna ponto de convergência de pessoas de diferentes origens, interessadas na exploração e comercialização de tais recursos. Estas actividades, acrescentou, são muitas vezes ainda realizadas de forma ilegal. Contra este quadro, o Governador enfatizou ser prioridade das autoridades locais, a reorganização e o controle do sector mineiro.

Alberto Mondlane denunciou a existência de operadores que trabalham

II Edição Fevereiro de 2018 MOÇAMBIQUE Página 2

durante o período nocturno, como estratégia para se furtarem do controlo e fiscalização das autoridades, nomeadamente das suas responsabilidades fiscais. Esta prática deve ser combatida, e pede--se a colaboração da população – referiu o governante.

A província de Manica tem mais de vinte associações de mineradores artesanais e de pequena escala legalizadas e que recebem acompanhamento da Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia. Nesta província, a mineração criou 1706 postos de trabalho, sendo que, destes, apenas 76 são ocupados por mulheres. Em 2017 o sector mineiro em Manica movimentou perto de 38 milhões de meticais.

Tensão político-militar condicionou a mineração em Manica

As empresas de mineração da Província de Manica viram a sua actividade condicionada pelo clima de tensão político-militar vivido entre 2015 e 2016. Contudo, todas as empresas retomaram a sua actividade em 2017.

Uma equipa do Boletim Informativo da ITIE, em missão de trabalho nesta província, recolheu depoimentos de alguns operadores, sobre os impactos das paralisações provocadas pelo clima de insegurança militar na região. Para além de relatarem os prejuízos sofridos, as empresas exprimem contudo satisfação pelo retorno da paz e recomeço pleno das suas actividades. Trata-se de dois empresários locais, nomeadamente Valter Soares, Coordenador de Trabalho da empresa Jacoma Minerais, e de Anibal Martino Chato, Gestor da Mina operada pela SOMINHA – Sociedade Mineira de Nhampassa.

Jacoma Minerais

A Jacoma Minerais é uma empresa criada há 20 anos na Província de Nampula, onde operava. Contudo, devido à degradação de vias de acesso, impedindo acesso às zonas onde operava, a empresa transferiu-se para a Província de Manica, aonde explora ouro na região de Chua, Distrito de Manica

Ainda na fase de instalação do respectivo equipamento, para exploração de ouro, através da remoção de alvião e pedra rocha, o estaleiro da empresa foi atacado por homens armados da Renamo, em princípios de 2016. No ataque foi queimada toda a maquinaria, provocando o desemprego de todos os 25 trabalhadores da empresa.

No início de 2017 a empresa adquiriu novo equipamenTo, tendo retomado as suas actividades no mês de Fevereiro desse mesmo ano.

Ainda antes do início das actividades de exploração propriamente ditas, nesta

província, mas já a empresa implementava actividades de responsabilidade social, que incluíram a reabilitação de instituições de culto bem como de três escolas, e a construção de tanques e sistemas de bombagem de água. Com o arranque do projecto, prevê-se a construção de um posto médico para assistir a comunidade de Chua.

Valter Soares diz que a empresa tem uma boa relação com a comunidade. Explicou que o segredo para esta boa relação é empregar membros da comunidade local.

SOMINHA – Sociedade mineira de Nhampassa

A empresa SOMINHA explora uma mina na região de Nhampassa, Distrito de Báruè, e foi estabelecida entre 2004 e 2005. Um grupo de residentes do distrito de Báruè criou esta sociedade, em cuja mina extrai turmalina e tantalite. A comunidade continua a viver na área concessionada porque por enquanto, a sua permanência não perturba as actividades normais do projecto.

Nhampassa foi uma das regiões afectadas pelo recente conflito político-militar, o que ditou a paralisação temporária das suas actividades, em 2016. Apesar de que as infraestruturas da fábrica propriamente dita não foram directamente atacadas, a paralisação das actividades, por um período relativamente logo, determinou a redução do número dos trabalhadores, de 100 para 50, actualmente.

A SOMINHA vende os minerais por si extraídos no mercado nacional, através de cidadãos e empresas que têm licença para este tipo de negócio. Entretanto, Anibal Chato diz ter receios de submeter os produtos no mercado internacional por temer burlas e roubo, para além das transações internacionais que se demonstram complexas.

Como resultado das operações da mina, a Sominha reporta ganhos e avanços, tendo investido cerca de 25 milhões de meticais na construção de 30 armazéns, supermercados, condomínios, restaurantes e bombas de combustível ao nível da Província de Manica, o que irá aumentar postos de trabalho. Actualmente, a sociedade emprega 50 trabalhadores.

No âmbito da sua responsabilidade social, a sociedade construiu um mercado para acomodar entre 200 e 300 vendedores; uma escola de raíz com quatro salas de aula e um bloco administrativo, vias de acesso e água. Alocou igualmente duas ambulâncias ao centro de saúde de Catandica.



Il Edição Pevereiro de 2018 Página 3

Indústria Extrativa em Tete

A socialização da ITIE é meio caminho andado para a Boa Governação da Indústria Extractiva



o seminário sobre socialização da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva realizado recentemente na Cidade de Nampula, foi abordada a relevância da promoção de boa governação, através de uma maior transparência na indústria extrativa. Segundo destacaram os participantes, quanto maior for o nível de conhecimento dos princípios da ITIE, por parte dos cidadãos, maiores serão os benefícios da actividade energética para o país.

Neste evento participaram organizações da sociedade civil, académicos, representantes de empresas mineiras, membros da Assembleia Provincial e Órgãos de Comunicação Social, no âmbito do projecto de socialização do ITIE em Moçambique.

A secretária permanente da Província de Nampula, Verónica Langa, destacou no seminário o entendimento do governo, de que a ITIE é um mecanismo de avaliação da boa governação e de apoio à gestão da indústria mineira e petrolífera em Moçambique.

"A publicação de contractos mineiros e petrolíferos é também uma decisão a destacar, como uma componente que garante uma maior transparência e usufruto dos ganhos da indústria extracti

va ao país e ao seu povo" – referiu a governante.

Langa acrescentou que "a Província de Nampula é detentora de recursos como areias pesadas, pedras preciosas e outros, o que pressupõe um maior conhecimento de ferramentas que promovam uma maior participação cidadã na sua gestão, com vista a garantir o alcance dos resultados de políticas como, a de responsabilidade social corporativa e outras".

Na mesma ocasião, o Coordenador da ITIE – Moçambique, Custódio Nguetana, referiu que a transparência da indústria extractiva no país, só será possível com a participação de todos os actores sociais, sendo por isso imperioso levar a debate junto das autoridades competentes, as propostas apresentadas no seminário.

Uma das principais questões abordadas neste seminário foi a gestão das receitas da indústria extractiva directamente destinadas a comunidades dos locais com projectos extractivos, vulgo 2.75%. A este respeito, uma das propostas aqui apresentadas defende a criação de contas de gestão deste fundo, bem como o estabelecimento de mecanismos que garantam comunicação mais eficiente entre todas as partes relevantes, como forma de garantir acesso à informação entre os implicados.

Principais objectivos da ITIE

A ITIE tem como princípios, o uso prudente da riqueza gerada pela exploração de recursos naturais, assegurando que ela se transforme em motor para o crescimento sustentável, e contribua para a redução da pobreza; a gestão transparente da riqueza proveniente dos recursos naturais, em benefício dos cidadãos do respectivo país, enquanto uma atribuição dos governos soberanos a ser exercida no interesse do desenvolvimento nacional. Outros pilares da ITIE incluem: conhecimento público sobre as receitas e as despesas efectuadas pelo governo, susceptível de promover um debate público de qualidade e informar sobre a escolha de opções apropriadas e realistas para o desenvolvimento sustentável; o destaque à importância da transparência por parte dos governos e das empresas do sector de minas e petróleo, e a necessidade de melhorar a gestão e responsabilização das finanças públicas; bem como a observância de uma maior transparência, com respeito pelos contractos do sector de minas, gás e petróleo e pelas

A iniciativa visa igualmente realçar o princípio de prestação de contas por parte do Governo, pela tutela dos fluxos de receitas da indústria extractiva e pela despesa pública, perante todos os cidadãos; o destaque a uma abordagem globalmente consistente e prática, para a divulgação de pagamentos e receitas do sector extractivo que seja simples de executar e utilizar; a convicção de que a divulgação de pagamentos num determinado país deve envolver todas as empresas do sector extractivo operando nesse mesmo país; e a crença de que as contribuições de todas as partes interessadas são importantes e relevantes, na procura de soluções, incluindo os governos e os seus órgãos, as empresas do sector extractivo, empresas de prestação de serviços, organizações não multilaterais, organizações financeiras, investidores e organizações não-governamentais.

li Edição , Fevereiro de 2018 MOÇAMBIQUE , Página 4

- Propõe o Administrador de Larde

Fundo de retorno mineiro deve ser gerido pela comunidade

administrador do Distrito de Larde, na província de Nampula, Brugí Rupia, defendeu num seminário de capacitação sobre a iniciativa de transparência da indústria extractiva (ITIE), que o fundo de retorno mineiro, mais conhecido por 2.75%, deve ser gerido pela comunidade e não pelo governo do distrito.

De acordo com uma directiva do Ministério das Finanças, de 2014, as comunidades situadas em regiões onde estejam a ser explorados recursos minerais, ficam habilitadas a receber 2.75% das receitas do empreendimento local, colectadas em cada ano, do imposto sobre a produção. Ainda segundo a mesma directiva, a canalização do valor é feita através de um projecto específico a ser inscrito na Secretaria Distrital onde se localiza a exploração, com a designação de "Desenvolvimento Comunitário", devendo-se obedecer os seguintes critérios para financiamento: (i) Proposta desenhada na localidade; (ii) Implementação na localidade; (iii) Viabilidade e sustentabilidade social e económica: e (iv) Uso de recursos (humanos, matérias e naturais) locais".



Devido à sua ambiguidade, esta directiva tem sido fonte de interpretações díspares, não apenas entre instituições do governo a nível central e os governos distritais, como ainda entre estes e as comunidades destinatárias legais do

Na opinião de Brugí Rupia impõe-se a criação de uma comissão para a gestão

referido fundo.

deste fundo, de modo a dissiparem-se dúvidas e equívocos sobre a transparência na gestão do mesmo, em benefício dos seus destinatários legais e em resposta a suas necessidades genuínas. Tal comissão incluiria o governo, a sociedade civil, conselho consultivo distrital e outros actores relevantes da comunidade.

Na esteira dos debates do seminário da ITIE em Nampula, Brugí Rupia fez uma apresentação abordando a experiência do seu distrito na gestão do fundo de retorno mineiro, que a região recebe por acomodar a multinacional irlandesa, Kenmare que explora areias pesadas na localidade de Toputito, desde 2007.

Segundo referiu, no ano 2015 o distrito recebeu perto de quatro milhões de meticais, que foram aplicados para o melhoramento do mercado de Topuito e para a abertura de dois furos de água nas localidades de Nataka e Kapula e ainda para a vedação de muro do Centro de Saúde de Larde Sede.

Já ano de 2016 o distrito recebeu pouco mais de dois milhões de meticais, desta vez empregues para a ampliação do mercado de Topuito e construção de um outro mercado, em Nathaca. A decisão sobre a aplicação do fundo foi tomada após consultas com as comunidades beneficiárias, disse o administrador.



l Edição , Setembro de 2017 MOÇAMBIQUE Página 5

Em 10 anos da Kenmare: a população de Topuíto aumentou três vezes



Topuíto é a localidade do Distrito de Larde, no sudeste da província de Nampula onde está instalada a multinacional irlandesa Kenmare, que explora areias pesadas, desde 2007. A presença da empresa, tal como diz, Hlaleleni Matolo, coordenadora da Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento, impulsionou o crescimento demográfico da região.

As operações da mina de Topuíto começaram em 2007 quando a localidade, tinha sete mil habitantes. Volvidos 10 anos, vivem actualmente, cerca de 25 mil habitantes, tendo Topuito passado de uma pacata localidade a um lugar de destaque não só a nível da Província de Nampula, mas de todo país.

Matolo, explicou que a empresa Kenmare, estabelece o seu engajamento com a comunidade, através do Departamento das Relações com a Comunidade, encarregue de gerir a realização de actividades que visam o envolvimento dos membros da comunidade nas operações da mina e a Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento que implementa programas e projectos de desenvolvimento

comunitário.

Estas duas formas de intervenção, visam criar condições para que, a comunidade participe nas actividades da empresa, sendo que através do departamento, são realizados encontros formais com a comunidade onde são discutidas situações que as preocupam, tal é o caso das compensações.

E por meio da associação, a Kenmare desenvolve projectos, que no dizer da presidente, estão a mudar a face da localidade de Topuíto. Hlaleleni Matolo, diz que a empresa tem estado a fomentar a prática da agricultura na localidade, sendo que actualmente, as comunidades produzem vegetais vendidos a cozinha da mina.

Na área de educação, está a ser construída a Escola Técnica de Topuíto que começa em 2018. E foram construídas outras quatro escolas. A Kenmare, também promoveu formações em educação financeira e fomentou em parceria com a organização não-governamental, Ophavela, associações de poupança e crédito rotativo.

Sociedade civil acredita que acções do governo e das empresas colocam as

comunidades em situação de vulnerabilidade

A plataforma das organizações da sociedade civil de Moma e Larde, reagindo as declarações de Hlaleleni Matolo, disse que estas actividades realizadas pela Kenmare e por outras empresas mineiras, incluindo a Hayu Mozambique Mining expõem as comunidades numa situação de pobreza e vulnerabilidade. Eduardo Wazela, que falava no seminário da iniciativa de transparência da indústria extrativa em Nampula, levantou uma série de questões que segundo suas palavras, preocupam as organizações da sociedade civil e sem a sua resposta, a vulnerabilidade continuará. Questionou o nível de informação das comunidades sobre a gestão do fundo de retorno mineiro e das actividades de responsabilidade social corporativa das empresas. Wazela referiu ainda que "O estado está a usurpar o direito das comunidades, ao decidir sobre o destino deste fundo (fundo de retorno mineiro), sem as consultar; e ao usar os mesmos fundos para a implementação de actividades que constituem responsabilidade do próprio Estado, como a construção de salas de aulas e mais"



Mulher e Indústria Extractiva: ainda longe uma da outra

A posição da mulher na Indústria Extractiva em Moçambique ainda está longe de ser considerada satisfatória. Constrangimentos de natureza sociocultural e legislativa podem ser apontados como as principais causas deste quadro. Com efeito, para além do bloqueio ao mundo laboral, imposto por tradições discriminatórias, a legislação pertinente também não oferece estímulos a uma participação mais activa da mulher na actividade extractiva, incluindo na mineração artesanal, de pequena escala. Uma pesquisa que SEKELEKANI realizou nos meses de Julho e Agosto de 2017, nas Províncias de Tete e Cabo Delgado, expõe os bloqueios de que a mulher tem sido vítima.

Burocracia impede registo de associações de mulheres

De forma particular, a pesquisa constatou os altos índices de analfabetismo entre as mulheres; as complexidades burocráticas para a legalização de associações de mulheres nas zonas rurais; e a sobrecarga do trabalho doméstico, nomeadamente de prestação de cuidados aos filhos e aos mais velhos como algumas das causas mais comuns que excluem a mulher de beneficiar de oportunidades de trabalho ou de negócios em torno de empreendimentos extractivos

Nas regiões centro e norte do país onde há maior ocorrência de empreendimentos de extração mineira de pequena e de grande escala, a mulher encontra maior espaço na mineração artesanal, nomeadamente em dois domínios: ou na confeção de alimentos para os homens que escavam à procura de pedras preciosas ou semipreciosas, ou na extração de brita para a construção, negócio de rendimento baixo comparativamente à extração de ouro e de pedras preciosas, onde os homens predominam.

Maria Kussaia, agente paralegal (treinada com conhecimentos básicos de direito) na Província de Tete, disse durante a Conferência da Sociedade Civil sobre Desenvolvimento Sustentável da

Industria Extractiva - o Nkutano IIrealizada em Agosto de 2017, na Província de Tete, que cerca de 20 mulheres que trabalham desde o ano de 1985 na Pedreira de Moatize, estão agora impedidas de continuar a executar as suas actividades, agora consideradas ilegais. Impossibilitadas de se deslocarem ao campo para a realização de actividades agrícolas, durante o conflito armado de 16 anos, este grupo de mulheres iniciou a exploração da mina de pedra em 1985. Segundo Kussaia, após a concessão da pedreira à empresa CETA Construções, o grupo de mulheres perdeu o direito de britar pedra, limitando-se agora a recolher a pedra que cai depois da empresa fazer explodir rochas com recurso a dinamite. Assim, a quantidade de pedra que as mulheres consequem juntar já não é suficiente para que o negócio flua como acontecia antes.

Kussaia diz que faz tempo que está no processo de juntar documentação para o grupo se organizar em associação, mas torna-se muito complicado por causa da burocracia.

l Edição Setembro de 2017 Мосамвіque Página 7

Na zona de Macanga, também há muitas mulheres que estão há muitos anos a fazer o negócio de venda de pedras e não estão organizadas em qualquer associação. Já tentei várias vezes pedir audiência com o Presidente do Município para pedir autorização, mas não sou recebida", desabafa Maria Kussaia.

A posição subalterna das mulheres nas zonas mineiras, como é o caso da Província de Tete explica-se, por um lado, pelo facto de a taxa de escolaridade da mulher ser muito baixa, o que as impede de encontrar emprego formal. O facto de a mulher assumir maior responsabilidade sobre o trabalho doméstico e cuidados da família (das crianças e dos mais velhos) também limita o tempo dela dedicar-se ao trabalho fora de casa.

Ali Chaucate, da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), na Província de Tete, considera que o primeiro problema que afecta a mulher é a falta de acesso a recursos naturais de subsistência, como por exemplo, a lenha e a água potável para poder gerir o seu dia-a-dia. Em Tete, a maioria das comunidades beneficiava da água dos rios, cujos leitos, com a falta de chuva, secaram. Mas existe ainda o problema da poluição da água dos rios em consequência da mineração (Tomás Mario e I. Bila, 2015).

Chaucate diz que a regularização de associações de mulheres tem sido muito difícil porque as associações são irregu-



lares e a e a respectiva Lei das Associações não considerou a especificidade Chaucate diz que a regularização de associações de mulheres tem sido muito difícil porque as associações são irregulares e a e a respectiva Lei das Associações não considerou a especificidade das zonas comunitárias rurais.

Já na Província de Cabo Delgado SEKE-LEKANI conversou com Albertina Manjolo, membro da Associação Mineira "7 de Abril". Albertina é viúva e teve que migrar de Maputo à procura de soluções

para sustentar a família. Ela resume a sua estória da seguinte forma: "Depois de perder o meu marido tive que abandonar a cidade para olhar pela vida. Iniciei viagens de longo curso para a compra de cereais para vender nos mercados de Xipamanine e de Xiquelene".

Mas ao longo do tempo o negócio não estava a ser rentável por várias razões e sobretudo por causa da instabilidade político-militar que fez com que não houvesse condições para deslocações do Centro para o Sul e vice-versa.

Foi nessa altura que Albertina instalouse na Província de Cabo Delgado e recebeu convite de amigas para explorar ouro e integrar-se numa associação mineira. Para além de ser sócia está no processo de obtenção de DUAT para uma área para a prática da agricultura.

Água e lenha mais longe e mais escassos

Por seu lado, as mudanças climáticas condenam duplamente a mulher, pois obrigam-na deslocar-se para mais longe à procura de água e de lenha. Essa deslocação consome-lhe mais tempo em relação ao que despendia quando os rios e as fontes tinham água. Igualmente, a circulação "caótica" de dinheiro em zonas onde ocorram projectos extractivos, nomeadamente quando as empresas pagam alguma indeminização por danos, tem também sido causa de desestabilização social, com impacto sobre a mulher. Em Tete foram reportados casos em que, após receberem algum dinheiro de indeminização, alguns homens abandonam o lar, deixando a mulher e os filhos à sua sorte. Por vezes, eles vendem parte do património familiar, à revelia da mulher, que fica desamparada com filhos menores.



l Edição Setembro de 2017 MOÇAMBIQUE EVINCENS Página 8



Algumas bases históricas das relações de género em Moçambique

Segundo o Estudo sobre Diferenciação Etnolingística em Moçambique, (Antropologia II, 2010), a socialização do povo tem muito a ver com as suas origens. O povo moçambicano é maioritariamente de origem Bantu e tem como principais grupos etnolinguísticos: Cheua, Chona e Tsongas.

Este estudo ajuda a perceber as divisões de trabalho entre homens e mulheres, bem como as relações de Género que hoje afectam de forma negativa a mulher, quando se fala do seu enquadramento e desenvolvimento social, político e económico em Moçambique.

Diz o mesmo estudo que a região a Sul do Zambeze por apresentar condições propícias para a domesticação de animais, sobretudo de gado bovino, aliado a infertilidade do solo, conferiu ao homem poder sobre a mulher, começando assim, a diferença no tratamento do Género.

Entretanto, a zona norte do Zambeze, a

presença da mosca do sono (mosca Tsé-Tsé), impediu numa primeira fase, a prática da pecuária, sobretudo do gado bovino, privilegiando a prática da agricultura, actividade que maioritariamente é praticada pelas mulheres, o que teria originado as comunidades matrilineares.

Assim, a prática da agricultura conferiu à mulher poderes sobre o homem. Os filhos do casal pertencem ao grupo de parentesco da mãe e só as mulheres é que transmitem o parentesco. Os bens e poderes são herdados por via materna. No casamento na sociedade matrilinear o homem fixa a sua residência junto da família da mulher, isto é, o casamento é matrilocal. Neste contexto, as funções políticas e jurídicas são desempenhadas pelo tio materno.

Por seu lado, as sociedades patrilineares desenvolveram-se no sul do Zambeze.

Devido à prática da pastorícia, pelo homem, este adquiriu poderes sobre a

mulher.

O estatuto de filho pertence à família do homem. A herança dos bens e poderes é feita por via paterna, do pai para filho. O casal fixa a sua residência na casa do marido, ou por outra, o casamento é patrilocal.

Estas duas formas de organização ditam a maneira como a mulher é vista na sociedade. Mas quer na sociedade matrilinear, quer na patrilinear, a mulher não tem poder de decisão e nas duas sociedades ela apenas é responsável pelos afazeres domésticos, pela procriação e pela prestação de cuidados aos filhos e à família em geral.

Durante a Luta de Libertação Nacional emergiram as primeiras políticas de promoção da mulher moçambicana, que começou a despertar e a lutar pela igualdade de direitos em todos os domínios: político, social e económico. Mas é uma luta ainda longe da victória total.

FICHA TÉCNICA

Editor: Tomás Vieira Mário
Textos: Jessemusse Cacinda,
Palmira Velasco
Layout: Tomás Queface

Implementação



